



A comissão de orçamento do Congresso deixa os Estados rolarem dívida de Cz\$ 482 bilhões

Corte reduzirá investimento em 89

O secretário-geral do Planejamento, Ricardo Santiago, advertiu que o corte do pagamento dos serviços da dívida dos Estados e municípios de Cz\$ 550 bilhões para apenas Cz\$ 68 bilhões, em valores de junho último, conforme a emenda substitutiva ao projeto do Executivo apresentada pelo relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, senador Almir Gabriel, determinará maior redução dos investimentos das empresas estatais, no próximo ano.

Santiago disse que Almir Gabriel teria que ser mais explícito sobre as fontes de recursos alternativas para compensar o rombo de Cz\$ 482 bilhões que será aberto com a ampliação da rolagem das dívidas dos Estados e municípios. A União exigia o pagamento de 3,1 bilhões de dólares de serviços da dívida e o Congresso Nacional atendeu ao pedido dos governadores de pagar somente 382 milhões de dólares, em 1989.

Outra dificuldade que o Execu-

tivo enfrentará para a execução orçamentária vem com a decisão do relator da Comissão Mista de Orçamento de vetar a indexação automática dos valores do orçamento. Assim, o Executivo deverá adotar uma projeção orçamentária e definir, em valores fixos, o orçamento da União de 1989 e depender de aprovação de créditos suplementares pelo Congresso, no caso de alcançar o teto aprovado inicialmente no âmbito do Legislativo.